

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.803 - RS
(2019/0182600-8)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : FIRMINA MACIEL YLLANA
EMBARGANTE : MARIA EDILZA YLLANA BEUREN
EMBARGANTE : DILSON MACIEL YLLANA
ADVOGADOS : MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
EMBARGADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PROCURADORE : MARCELO GOUGEON VARES - RS027355
S PAULO CESAR KLEIN E OUTRO(S) - RS036745

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO: OCORRÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 758/778) apresentados contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

A embargante aduz, em síntese, que "no entender da embargante, a decisão retro padece de EQUÍVOCO E OMISSÃO, porquanto compulsando-se os autos, ao contrário do que veio asseverado na decisão, restam descabidos os argumentos suscitados à denegação do pleito".

Requer sejam acolhidos os embargos.

Intimado para eventual manifestação, o embargado pugnou pela rejeição dos embargos.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Superior Tribunal de Justiça

A decisão embargada não se ressentiu do vício arguido.

O *decisum* em foco registrou o seguinte:

O presente agravo não pode ser conhecido, pois a agravante não cuidou de impugnar o fundamento adotado na decisão agravada, qual seja:

A hipótese dos autos não se enquadra no Tema 880 (REsp 1.336.026/PE). O aludido paradigma trata do “prazo prescricional de execução de sentença em caso de demora no fornecimento de documentação requerida ao ente público”, ao passo que o presente caso trata da consumação da prescrição, tendo em vista que “restou demonstrado nos autos haver a parte autora/agravada formulado pedido de execução de valores preteritamente impagos pelo IPERGS quando já decorridos mais de cinco anos, não só da data do trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento, como da data em que intimada a autarquia a promover a implantação da pensão integral, deixou de fazê-lo.”

O agravo em recurso especial que não afasta os fundamentos que levaram a não admissão do recurso especial não deve ser conhecido, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, c/c o princípio estabelecido na Súmula 182/STJ.

Como se constata, a decisão embargada contém fundamentação suficiente para demonstrar que o ora agravante não impugnou todos os fundamentos da decisão de admissibilidade e, por conseguinte, incidiu a Súmula 182/STJ à presente lide.

Desse modo, a questão foi apreciada de modo adequado, e o mero inconformismo com a conclusão do julgado não enseja a utilização da via de embargos de declaração, que é limitada às hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido, o entendimento firmado sob a égide do CPC/1973, mas inteiramente aplicável ao caso em comento: EDcl no AgRg no Ag 538.371/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 24.5.2004; EDcl no AgRg no REsp 550.972/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 24.5.2004.

Com efeito, a embargante objetiva apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração. Registre-se que os aclaratórios não se prestam a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. "A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela que se verifica entre as premissas ou entre estas e a conclusão do julgado embargado" (EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp n. 790.903/RJ).

2. Agravo regimental desprovido.

(EDcl no AREsp 22.011/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 23/04/2015)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

Superior Tribunal de Justiça

INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO.

1. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada a controvérsia.
 2. O embargante, inconformado, busca com a oposição destes embargos declaratórios ver reapreciada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. Todavia, não é possível dar efeitos infringentes aos aclaratórios sem a demonstração de eventual vício ou teratologia. Embargos de declaração rejeitados.
 3. Não prosperam os aclaratórios quanto ao pretendido prequestionamento de dispositivos constitucionais, pois não cabe ao Superior Tribunal de Justiça examinar na via especial, a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional, por ser tarefa reservada pela Constituição da República ao Supremo Tribunal Federal.
- Embargos de declaração rejeitados.
(EDcl no AgRg no AREsp 557.772/MG, 2ª Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 03/02/2015)

Diante do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator